

Sai o acordo da estabilidade

Telefoto de Gilberto Alves



O Senador Fernando Henrique mostra a Constituintes o texto do acordo

BRASÍLIA — O Centrão e a Liderança do PMDB na Constituinte conseguiram chegar ontem a um acordo em torno de um dos temas mais polêmicos do projeto de Constituição, a estabilidade no emprego, que deverá ser votada na sessão de hoje à tarde. As negociações conduziram a um texto que protege o emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, "nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos".

O acordo ficou definido de manhã, depois de sucessivas reuniões no fim de semana, que culminaram com a apresentação, por parte dos negociadores do Centrão — Deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) —, de um texto semelhante ao que fora discutido nas primeiras reuniões dos dois grupos, tendo como base a emenda do Deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ). O primeiro encontro aconteceu pouco depois das 7h, quando a proposta do Centrão foi entregue ao Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), que de imediato viu grandes chances de o seu partido apoiar a nova fórmula. Aos Vice-Líderes, Covas entregou a tarefa de consultar a bancada, enquanto ele, acompanhado do Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), conversava com as demais lideranças partidárias.

Ainda de manhã, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, participou de uma das reuniões realizadas no gabinete do Líder Mário Covas. Ulysses saiu confiante no acordo.

— Se dependesse de mim, a estabilidade seria votada hoje — afirmou.

Mas existiam, a esta altura, algumas resistências dentro do Centrão. O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que participava de uma das reuniões, não estava convencido de que a redação que seu grupo

apresentara era o melhor caminho. — A proposta é viável, mas não é boa — afirmou.

A tarde, entretanto, os coordenadores do Centrão e Mário Covas já não tinham mais dúvidas de que o texto negociado estava conseguindo ampla aceitação dos Constituintes. No plenário, Covas e Fernando Henrique Cardoso defendiam a proposta entre os peemedebistas e tentavam convencer os Líderes dos outros partidos a apoiarem o entendimento. Atitude idêntica tinha o Líder do PFL, Deputado José Lourenço, que entregava o texto final do acordo.

Entre os parlamentares do Centrão não havia muitas resistências à aprovação da proposta. Mesmo os que tinham se manifestado contrários ao entendimento, preferindo que o plenário votasse o texto original do grupo, já admitiam que a nova proposta era a melhor saída.

— O acordo na votação da estabilidade evita um racha fora do Congresso entre trabalhadores e empresários — afirmou o Deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), que na noite anterior atacara a fórmula proposta pelos negociadores do Centrão.

Esquerda ainda insiste em manter garantia absoluta

BRASÍLIA — Os partidos minoritários e uma parcela do Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB não apoiarão a proposta de acordo firmada entre o Centrão e a Liderança do PMDB na Constituinte. A esquerda quer a manutenção da estabilidade absoluta, tal como ficou definida na Sistematização, e o máximo que aceita é a proposta do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que estabelece que a lei ordinária regule não apenas os casos cabíveis de indenização compensatória, mas também aqueles em que o processo da demissão possa ser anulado.

A fórmula do Diap — "relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei, que disporá sobre a nulidade do ato de demissão e sobre os casos de indenização" — conseguiu reunir o MUP, PCB, PC do B e PDT. Apenas o PT prefere o texto da Sistematização, porque não admite a hipótese de que a estabilidade seja substituída por qualquer tipo de indenização. O Líder do PT, Deputado Luis Inácio Lula da Silva (SP), depois de longa conversa com o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), e o Senador Fernando Henrique Cardoso (SP), foi claro na negativa ao acordo.

— Nós não aceitamos qualquer acordo que tenha por princípio a indenização como

condição. Acho que é muito difícil surgir uma proposta que una todos os segmentos, porque temos uma enxurrada de textos a cada minuto e ninguém tem como discutir o mérito das matérias com profundidade.

Menos radicais, as bancadas do PDT e PCB discutiram a proposta encaminhada por Covas, mas vincularam seu apoio à inclusão do dispositivo previsto pelo Diap, que "coloca em igualdade de condições a demissão e a nulidade do processo demissionário".

Alguns líderes não acreditam que o texto do Centrão-PMDB possa ser votado hoje.

— Um acordo de maioria não é um acordo — argumentou o Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE).

Segundo ele, o PCB tem sempre participado das negociações e apoiado os acordos que não beneficiam apenas uma parte dos interessados na matéria.

— Da maneira que está, não existe qualquer defesa para o trabalhador nos casos de demissão. Por isso, queremos incluir o dispositivo que assegura que a legislação ordinária regulamentará os casos em que seja necessária a nulidade das demissões — acrescentou Freire.

A proposta do Diap será levada hoje de manhã ao Deputado Ulysses Guimarães. A tentativa consiste em incluí-la no acordo de votação para a sessão de hoje à tarde.

Amotinados, não

MERECE todo apoio a decisão do Comando Geral da Polícia Militar de São Paulo de expulsar de seus quadros subalternos grevistas que chegaram a promover passeata em protesto, nas ruas da Capital paulista. Aliás, não cabe falar em greve. Estamos diante de um motim. Confundir grevistas com amotinados é um risco a ser logo denunciado, pois a natureza militar é incompatível com o exercício de greve. Quando um militar se nega a respeitar a hierarquia e ao Comando ele está agindo como um amotinado e não como um grevista.

FOCOS de resistência à punição terão de ser extintos, sob pena de o fato ganhar maiores repercussões do que os que já alcançaram nos meios militares em geral. A comunidade militar é uma e ela se baseia em princípios gerais que abrangem todas as corporações. O exemplo a citar é o de uma infecção. Se não combatida cirurgicamente haverá contaminação comprometendo a corporação militar.

NÃO há qualquer razão ou conveniência política que autorize negociações com amotinados. Não terá qualquer cabimento a mediação de Deputados estaduais entre amotinados e o Comando Geral.

POUPE-SE ao Comando Geral da Polícia Militar de São Paulo e, também, ao seu Governador o constrangimento de parlamentar com porta-vozes amotinados.

O TEXTO DO CONSENSO

Demissão imotivada terá indenização

BRASÍLIA — O texto do acordo sobre a garantia do emprego é o seguinte: "Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos".

Para as disposições transitórias, o texto ainda em negociação é o seguinte: "Até que seja promulgada a lei complementar que se refere ao artigo 7º, inciso I, da Constituição, a proteção ali referida cingir-se-á a um aumento para quatro vezes da porcentagem prevista no artigo 6º da lei 5.107, de 13 de setembro de 1966." A lei citada é a que ainda regulamenta o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Centrais sindicais contra a proposta

BRASÍLIA — O acordo que as lideranças partidárias tentam para a questão da estabilidade no emprego não agrada às entidades sindicais do País. Tanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) quanto a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) já se manifestaram contra a indenização compensatória. Ontem, a União Sindical Independente (USI) manifestou sua posição de repúdio à proposta.

A diretoria da USI reuniu-se à tarde, na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, para discutir e definir sua posição, comunicada oficialmente à noite ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, e à Liderança do PMDB. A USI representa cerca de 15 milhões de trabalhadores de várias

categorias — a maioria das entidades filiadas é do setor de serviços e comércio.

Segundo o Presidente da USI, Antônio Pereira Magaldi, os trabalhadores não querem ver na nova Constituição a palavra indenização. Como a CGT, a entidade prefere a emenda que remete o assunto à legislação ordinária, para ser discutido no futuro.

A Central Única dos Trabalhadores, por sua vez, continua inflexível. O máximo que seu Presidente, Jair Meneghelli, admite é conversar com base no texto aprovado pela Comissão de Sistematização, que garante o emprego ao trabalhador e só permite a demissão em três situações: contrato a termo, justa causa e infortúnio da empresa.

Carta prevê rigor contra ação de grupos armados

BRASÍLIA — Ao encerrar ontem a votação dos artigos que tratam dos Direitos e Garantias Individuais, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou emenda que considera crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático. Esta foi a única emenda aditiva ao Capítulo I do Título II aprovada. Hoje, o plenário começa a votar o Capítulo II, que trata dos Direitos Sociais.

Ao encaminhar a emenda, seu autor, o Deputado Carlos Alberto Oliveira (PDT-RJ), afirmou que a transição democrática pode se realizar através da ordem, sem a utilização de movimentos armados. Para conseguir a aprovação, ele retirou do texto a parte que impedia a anistia para esse crime. Mesmo assim, a emenda recebeu 281 votos favoráveis — apenas um a mais do que o quorum mínimo necessário —, contra 120 contrários e 20 abstenções.

Outra emenda aditiva chamada para votação, do Deputado José Genoíno (PT-SP), que permitia o aborto até 90 dias de gestação, quase provocou forte discussão entre ele e a ban-

cada feminina. Genoíno defendeu sua emenda com dados da Organização Mundial de Saúde sobre o aborto no Brasil: entre três a quatro milhões de abortos por ano, acontecem 400 mil mortes de mulheres.

Em nome das Constituintes, subiu à tribuna a Deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA). Ela afirmou que a bancada das mulheres fizera um acordo no sentido de não tratar o aborto como matéria constitucional, defendendo a realização de um plebiscito para decidir o assunto.

— O Deputado José Genoíno não tem mais direito do que as mulheres para decidir a questão — disse ela.

O parlamentar petista correu ao microfone para dizer que, como homem, companheiro e marido, tinha tanto direito de defender os direitos das mulheres quanto elas próprias. Mas decidiu retirar a emenda, atendendo "a vários apelos". Foi aplaudido e abraçado pela bancada feminina, inclusive pela própria Abigail Feitosa, que foi arrastada até ele pela Deputada Moema Santiago (PSB-CE).

Outras emendas aditivas ao Capítulo I foram consideradas rejeitadas por falta de quorum. Mas a única

das rejeitadas que atingiu quorum recebeu 292 votos contrários, 125 favoráveis e 23 abstenções: a do Senador Chagas Rodrigues (PMDB-RJ), que determinava a transferência de bens do assassino, condenado em sentença irrecorrível, para os herdeiros do assassinado.

A seguir, o plenário rejeitou em bloco as emendas que não foram destacadas pelos Constituintes e que haviam recebido parecer favorável ou contrário do Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Os Deputados Gastone Righi (PTB-SP) e Amaral Netto (PDS-RJ), Líderes do Centrão, tentaram ainda convencer o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, de que as emendas deveriam ser votadas isoladamente e não em bloco. Mas provocaram uma resposta irônica do Deputado que, depois de informar que o sistema de votação em bloco, além de estar previsto no Regimento Interno da Constituinte, é utilizado desde o Império, afirmou:

— É uma questão de leitura do Regimento. É um problema de alfabetização. E o Regimento não foi feito por mim.

Criminalização do aborto é rejeitada

BRASÍLIA — O plenário da Constituinte rejeitou ontem, por falta de votos, a emenda do Senador Meira Filho (PMDB-DF) que considerava o aborto crime doloso. Com a decisão, ficaram prejudicadas as demais propostas neste sentido e o novo texto constitucional está, até agora, omissão em relação ao assunto. Assim como o aborto, os temas não incluídos até agora poderão voltar a serem discutidos e votados no segundo turno, a título de correção de omissões.

A emenda de Meira Filho, colocada em discussão na sessão plenária de domingo, foi votada ontem sem encaminhamentos. A decisão do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, de considerar prejudicadas as propostas semelhantes foi contestada pelos parlamentares evangélicos, sob o argumento de que o resultado não correspondia à vontade do plenário, pois apenas 380 parlamentares votaram. Ulysses respondeu que não poderia abrir precedentes e o grupo prometeu apresentar a proposta no segundo turno de votação.

Sem número para a aprovação, foi rejeitada também a proposta do Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) que propunha a quebra de sigi-

lo de qualquer documento oficial 30 anos depois de sua produção. O Deputado defendeu a emenda a partir do que chamou de "vertentes cultural e moral".

— Os atos dos administradores não podem estar defesos dos seus contemporâneos. Documentos tachados de secretos muitas vezes podem encobrir irregularidades — disse.

A proposta, rejeitada com 255 votos a favor e 170 contra, com 11 abstenções, foi contraditada pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que relatou os problemas que o dispositivo poderia causar à política externa brasileira e, em nível interno, a pessoas que ainda atuam na vida pública.

A criação do Defensor do Povo, proposta pelos Deputados Nelson Friederich (PMDB-PR) e Raquel Capiberibe (PMDB-AP), também foi rejeitada pelo plenário, que se manifestou com 188 votos a favor, 234 contra e 13 abstenções.

O Deputado Alvaro Valle (PL-RJ) também não conseguiu aprovação para sua emenda, que tornaria obrigatória a doação de órgãos depois da morte caso o doador não tivesse se manifestado, em vida, contrário a esta prática.

Derrota de emenda provoca acusações

BRASÍLIA — A derrubada da emenda que legalizava a retirada, para transplante, de órgãos ou outras partes do corpo, de autoria do Deputado Alvaro Valle (PL-RJ), resultou em acusações contra um dos principais responsáveis pela rejeição da matéria, o Deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG).

O Presidente da Associação Nacional de Pacientes, Doadores e Transplantados Renais, Décio Quadros, disse que Mosconi "precisa ser demascarado". Já o ex-Presidente da Comissão de Saúde da Câmara, José Castro Coimbra, viu na rejeição da emenda "uma orquestra para facilitar a hemodialise".

Carlos Mosconi alegou que a emenda contrariava frontalmente o texto aprovado no projeto da Comissão de Sistematização.

O texto, de autoria do Deputado mineiro, remete a questão para a legislação ordinária, quando diz, no Parágrafo 3º do Artigo 234, do Capítulo II: "A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgão, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante e pesquisa, vedado todo o tipo de comercialização".